

AS FILÓSOFAS DA ANTIGUIDADE E DO MEDIEVO: PRESENÇA E AUSÊNCIA EM DISCURSO

Anna Deyse Rafaela Peinhopf
Dantielli Assumpção Garcia

Filosofia, a que(m) será que se destina?

Tradicionalmente, a Filosofia é considerada como a ciência original, por excelência questionadora. Para se fazer filosofia, argumentam os dizeres mais apaixonados, é preciso estar em constante espanto, sem se acostumar ao extraordinário da vida. Porém, tal como em outras disciplinas do saber, a Filosofia foi moldada a seu próprio tempo, com os contextos de exclusão de cada período nela refletidos. Em outras palavras, a História que conta a Filosofia, e que, ao mesmo tempo, a constitui como disciplina, parece excluir de sua produção as mulheres filósofas. Deslizando sobre o primeiro verso da belíssima canção Cajuína, queremos problematizar a que(m) será que se destina a Filosofia?

Como aponta Gaspar (2009), em vez de questionar as posições discriminatórias e excludentes, durante séculos, os filósofos e os historiadores da Filosofia, em sua maioria, limitaram-se a racionalizar o senso comum e os preconceitos de seu tempo, geralmente sem problematizar, refletir ou analisar criticamente a posição social das mulheres. Somos levadas a acreditar que poucos são os exemplos de mulheres que elaboraram algo com importância suficiente para ser narrado na história. Basta pensar na quantidade de autoras que estudamos na escola, e também na universidade, comparado com o número de autores.

Filiadas à Análise de Discurso pecheutiana, entendemos que o discurso é opaco, isto é, não é transparente e que o sentido é, na verdade, um efeito obtido a partir das condições de produção históricas em que o dizer foi proferido¹. Assim, propomos uma reflexão sobre alguns efeitos de

¹ De acordo com Pêcheux e Fuchs (1975), o enlace dos três campos de conhecimentos científicos, isto é, do materialismo histórico, da linguística e da teoria do discurso, atravessado pela teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, leva a reformulação do sujeito como constitutivo de si mesmo. O sujeito, assim, constitui-se como um efeito que, para se realizar, “é necessário que as condições de existência deste efeito estejam dissimuladas para o próprio sujeito” (PÊCHEUX; FUCHS [1975], 1997, p. 164).

sentido já dados na Filosofia, pois entendemos que há uma presença que é formulada pela ausência das mulheres enquanto filósofas, isto é, um apagamento histórico por meio de um silenciamento sobre e das mulheres intelectualizadas.

Essa presença que se faz pela ausência parece corroborar com o discurso de que não existiram pensadoras ou mulheres cientistas, uma vez que quase não ouvimos, não lemos e não estudamos sobre elas nos ambientes educacionais. Por isso, é importante questionarmos alguns já-ditos sobre as mulheres e a produção de conhecimento, pois queremos conhecer as muitas que resistiram, ao longo da história, ousando ensinar, escrever e produzir conhecimento.

Nesse sentido, propor um gesto de leitura sobre a existência das mulheres na História da Filosofia é considerar a presença que se faz pela ausência. Por séculos, não se falou ampla ou abertamente sobre mulheres protagonistas, seja por contribuições intelectuais seja por atos históricos. Em vez de informações concretas e circunstanciadas, houve um excesso de imagens e de discursos sobre as mulheres em geral, determinando o que supostamente seria sua essência, e desconsiderando sua existência, isto é, atribuindo-lhes um juízo de valor antes de refletir criticamente sobre suas condições de vida na sociedade. A história das mulheres e de sua presença na Filosofia foi, assim, escrita e conceituada por homens, filósofos, cientistas e historiadores que, em sua maioria, silenciaram sobre a presença de sujeitos femininos na produção intelectual ou em qualquer outro espaço que não fosse o doméstico.

Como afirmam Duby e Perrot (1990), muito antes de ter “direito” sobre a palavra, as mulheres foram descritas e narradas pelas figuras de autoridade masculinas. Eram participantes ou, às vezes, personagens principais da organização social sem, no entanto, serem dela protagonistas. Paradoxo social, os homens admiraram imagens de mulheres, mas as rebaixavam simultaneamente: ora escreviam e festejavam as deusas que povoavam o Olimpo, sem admitirem cidadãs, ora adoraram a Virgem que reinava sob os altares onde comandavam os padres, sem autorizar mulheres na pregação. Do mesmo modo, desde o teatro, da época trágica dos gregos, até os romances e as comédias, da Modernidade, as aparições femininas como personagens, às vezes até mesmos protagonistas, serviam apenas para dar voz às ideias dos homens.

Assim, neste capítulo, nosso objetivo é tecer um dizer sobre algumas filósofas da Antiguidade e do Medievo. Para isso, retomamos Aspasia

de Mileto, Diotima de Mantinéia, Hildegarda de Bingen, Christine de Pisan, tentando compreender como essas mulheres filósofas resistiram e produziram um saber científico em tais períodos históricos.

Aspásia de Mileto

Há muitos dizeres, na História da Filosofia, que produzem um efeito de inexistência de filósofas ao longo da História. Isso compõe um jogo linguístico/ideológico que materializa a existência de filósofas, mas, simultaneamente as exclui, pois as entendem como metáfora², como veremos a seguir.

Tal como outras mulheres do período Antigo, Aspásia de Mileto é conhecida por meio de textos de autoria masculina. Dessa forma, encontramos suas maiores menções em textos de Plutarco e Platão, sendo a filósofa citada por Sócrates³ em um dos diálogos platônicos, e considerada, por ele, não só uma de suas mestras, como também excelente oradora.

A Formação Discursiva⁴ que atravessa a Filosofia produz um efeito de sentido de que Sócrates seria mestre de si mesmo, validando-o, portanto, como um dos maiores nomes do conhecimento, já que teria “fundado” um novo método de investigação. Porém, segundo os textos de Platão, interlocutor de Sócrates, essa nova forma de pensamento “criada” por Sócrates, que corresponde ao amor pelo conhecimento, foi a ele ensinada por Diotima de Mantinéia, sobre quem falaremos na sequência. Então, o fato de conhecermos tanto Aspásia quanto Diotima por meio dos dizeres masculinos indica não só que as mulheres possivelmente eram impedidas de escre-

² Pêcheux ([1969] 2014, p. 96) chama de efeito metafórico o “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual”, para falar de um deslizamento de sentido entre um termo e outro que é constituído de sentido.

³ Isso levanta a questão sobre por que não costumamos ouvir sobre quem teria ensinado filosofia a Sócrates, uma vez que este serve como mestre a Platão, que, por sua vez, ensina a Aristóteles, e fundamenta a base do que é estudado na formação em Filosofia.

⁴ Pêcheux (1997, p. 160-161, grifos e destaques do autor) assim define “Formação Discursiva”: “Aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc). Isso equivale a dizer que as palavras, expressões, proposições, etc. recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: retomando os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam na ‘linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”.

ver sobre si mesmas ou de preservar suas produções, como também que, para a história as rememorar, era preciso que estivessem ligadas às figuras masculinas proeminentes.

Dessa forma, de acordo com Berquó (2016), Aspásia, natural de Mileto, viveu aproximadamente no século V a.C., chegando em Atenas em torno do ano 450 da mesma era. A autora afirma que as mulheres que eram estrangeiras em Atenas, perfil de Aspásia, não possuíam direitos políticos e pagavam uma taxa de residência, já que vinham à cidade-Estado provavelmente a trabalho. Quando precisavam resolver algum assunto público, dependiam de um cidadão que as representassem, posto que apenas estes dispunham de autoridade no regime ateniense.

Dado tal contexto histórico, de que somente os homens eram considerados cidadãos, excluindo-se dessa denominação as mulheres, os estrangeiros e os escravos, as metecas, isto é, as mulheres estrangeiras, eram duplamente preteridas: primeiro porque não tinham os mesmos direitos que os cidadãos; depois porque seus trabalhos eram menosprezados, ora por se tratarem de serviços manuais, considerados inferiores, ora por serem trabalhos em locais públicos, como acompanhante feminina em eventos sociais, sendo vistas como prostitutas.

Contudo, segundo Berquó (2016), enquanto as atenienses tinham sua mobilidade reduzida devido à ideologia que tentava mantê-las no espaço doméstico, as metecas tinham maiores possibilidades de contato exterior, uma vez que, dada as condições sociais, estas necessitavam trabalhar fora de casa para se sustentar. Assim, exerciam os ofícios de amas de leite, artesãs, tecelãs ou heteras. Segundo a autora, estas últimas “[...] eram mulheres treinadas em canto, dança ou música, que faziam companhia para os cidadãos nos simpósios (banquetes)” (BERQUÓ, 2016, p. 33).

Aspásia, mesmo influente no espaço público, era alvo frequente da crítica humorística de Plutarco, já que, para muitos, os ofícios das metecas eram sinônimo para prostituição, muito embora tal ocupação não incluísse a prestação de serviços sexuais. Essa Formação Ideológica⁵ a que, por ora, chamaremos de Patriarcal, que atravessa os dizeres de Platão, Aristóteles,

⁵ “Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras”. (PÊCHEUX, FUCHS, 1997, p. 166).

Plutarco e diversos comentadores da História da Filosofia, entende os sujeitos femininos apenas enquanto ocupantes de lugares destinados à satisfação dos sujeitos masculinos. Tais autores, independentemente de serem antigos ou modernos, constituem uma Formação Discursiva da Filosofia que produz um efeito de sentido de silenciar a existência das filósofas, uma vez que entendem que a presença feminina nesses espaços de desenvolvimento intelectual era, exclusivamente, para oferecer satisfação sexual aos homens ali presentes.

No entanto, encontramos furos, brechas nessa Formação Discursiva da Filosofia, filiada à ideologia patriarcal, a partir, por exemplo, dos escritos de Platão em Menêxemo, no qual aprendemos que Aspásia de Mileto foi professora de retórica de Sócrates:

SÓCRATES – Pois para mim, pessoalmente, Menêxeno, não é nada espantoso que eu seja capaz de discursar [de improviso na câmara], uma vez que, por sorte, tenho por mestra aquela que certamente não é insignificante na retórica; pelo contrário, tem formado muitos outros bons oradores, dos quais um se destacou entre os helenos: Péricles, filho de Xantipo.

MENÊXEMO – E quem é ela? É evidente que fala de Aspásia, não?

SÓCRATES – Falo, decerto; e me refiro também a Conos, filho de Metróbio; Pois esses são os meus dois mestres: ele em música, ela em retórica. Logo, não é espantoso que um homem educado desse modo seja hábil em falar. [...]

MENÊXEMO – E o que terias a dizer, se devesse discursar [sobre os mortos na guerra]?

SÓCRATES – Eu, de minha parte, talvez nada; mas ontem mesmo estive escutando Aspásia enquanto entoava um discurso fúnebre sobre esses homens. Pois ela ouviu isso que dizes: que os atenienses estão prestes a eleger quem discursará. Então, de improviso narrou a mim uma parte, da forma como deveria dizer, enquanto a outra parte já havia previamente preparado, pelo que me parece, quando compunha o discurso fúnebre que Péricles proferiu, a partir de fragmentos que uniu aquele discurso. (PLATÃO, 2001, 235e-236c).

O que escapa da superficialidade do texto contradiz aquilo que estamos acostumadas a aprender: que não existiram mulheres importantes na história da Filosofia, em específico na Antiguidade, seja no âmbito da reflexão, seja no de ensino; que as mulheres não desenvolviam a intelectualidade, porque não tinham o “pendor natural” para isso; que as mulheres ti-

nham a exclusiva função de servir aos homens; e que estavam condicionadas ao espaço doméstico, sem vida ou ofício na *polis*.

Pelo contrário, por meio do dizer platônico, que ganha forma no discurso de Sócrates, (re)conhecemos que Aspásia: 1) Expunha publicamente suas ideias e era excelente nisso, sendo responsável pelo sucesso de outros ocupantes do púlpito (“[...] por sorte, tenho por mestra aquela que certamente não é insignificante na retórica; pelo contrário, tem formado muitos outros bons oradores [...]”); 2) Conhecia os assuntos da cidade (“Pois ela ouviu isso que dizes: que os atenienses estão prestes a eleger quem discursará”); 3) Ocupava espaços públicos e de instrução intelectual (“[...] ontem mesmo estive escutando Aspásia enquanto [ela] entoava um discurso fúnebre [...]”); e 4) Preparava os pronunciamentos de Péricles e tinha grande habilidade tanto em refletir previamente e depois expor publicamente suas ideias quanto improvisá-las na frente de expectadores (“Então, de improviso narrou a mim uma parte, da forma como deveria dizer, enquanto a outra parte já havia previamente preparado, pelo que me parece, quando compunha o discurso fúnebre que Péricles proferiu, a partir de fragmentos que uniu aquele discurso”).

Diante das afirmações de Sócrates/Platão à contribuição de Aspásia, não podemos deixar de nos perguntar como ela e outras filósofas foram apagadas da e pela História da Filosofia. Ou seja, se mesmo Sócrates/Platão, com crenças “limitantes” acerca das mulheres, reconheceram a contribuição de Aspásia, por que esta não é estudada, lida ou mencionada nos cursos de Graduação de Filosofia e em manuais de História?

Uma das justificativas para isso encontra-se nos comentadores da (História da) Filosofia. Segundo Berquó (2016),

No diálogo intitulado *Menêxemo*, Platão afirma que Aspásia ensinou retórica a Sócrates. Esse tópico gerou muita controvérsia, porque, devido à ideologia ateniense de rígida separação entre masculino/público e feminino/doméstico, os estudiosos tendiam a considerar impossível que uma mulher pudesse ensinar homens na arte de falar bem em público (BERQUÓ, 2016, p. 35).

Assim, de acordo com Berquó (2016), a explicação para essa desconfiança sobre as realizações de Aspásia se baseia nas hipóteses de que ou Platão teria criado uma “personagem oradora” como elemento burlesco contra a retórica, ou esta seria uma “invenção da comédia” para criticar Péricles a partir da convivência com sua esposa. Há ainda a teoria que

supõe que a filósofa era uma criação de Ésquines, presente no diálogo intitulado *Aspásia*, em que sua “personagem” teria sido copiada pelos demais autores. Qualquer uma das teorias, porém, aponta que Aspásia mestre/oradora seria apenas uma metáfora.

Novamente nos deparamos com nossa problemática paradoxal: se enquanto filósofas, as mulheres estão presentes neste campo do saber por sua ausência, já que não são citadas pela e na História da Filosofia, nem são referenciadas em seu ensino, enquanto mulheres presentes na História, estão ausentes na Filosofia, posto que a evidência de sua ocorrência é considerada uma metáfora.

Diotima de Mantinéia

À Diotima de Mantinéia, filósofa responsável por ensinar Sócrates a pensar sobre o amor, citada no diálogo *O Banquete*, de Platão, é “estendida” a mesma “cortesia” histórica e intelectual que Aspásia de Mileto recebe. Isto é, contrariando a presença histórica dessa pensadora, imortalizada nos escritos platônicos, a tradição do ensino da Filosofia tende a diminuir ou mesmo negar sua importância intelectual. Sobre sua vida, conhecemos o que nos fala Sócrates, refletindo sobre o amor:

E agora vou deixar-te em paz, a fim de referir-vos o discurso a respeito de Eros que há tempos eu ouvi da mulher de Mantinéia, Diotima, sobremodo entendida neste assunto como em muitos outros, a mesma que, de uma feita, antes da peste, aconselhou os atenienses a fazerem os sacrifícios que protelaram por dez anos a epidemia. Foi ela quem me doutrinou sobre as questões do amor (PLATÃO, 2005, 201d).

Dessa citação, então, podemos apreender algumas informações, segundo Berquó (2016): Diotima de Mantinéia era uma sacerdotisa, que foi chamada em Atenas a fim de dar conselhos sobre como afastar uma peste; as medidas sugeridas por ela afastaram o mal que assolava os atenienses; ela ensinou a Sócrates uma doutrina sobre o amor.

Sabendo, então, que Filosofia pode ser traduzida como o amor pela sabedoria, que Sócrates foi um divisor do conhecimento filosófico, posto que temos a Filosofia “pré” e “pós” socrática, e que este filósofo foi ensinado a refletir sobre o amor por meio de Diotima, podemos entender que o

desenvolvimento da Filosofia depende de uma mulher filósofa que foi apagada e silenciada.

Tanto é assim, que Sócrates nos descreve qual foi a sabedoria lhe dada por Diotima, reafirmando que seu conhecimento foi apenas recontado daquilo que a sacerdotisa e pensadora lhe ensinou:

Foi ela quem me doutrinou sobre as questões do amor. Suas palavras é que vou tentar reproduzir, de acordo com o que eu e Agatão combinamos, do melhor modo possível e sem ajuda estranha de qualquer espécie. O que é preciso, Agatão, conforme explicaste, é começar por dizer o que seja o Amor e como se manifesta, para depois tratar de suas obras. Por isso, o melhor caminho se me afigura reproduzir-vos a conversação mantida com a estrangeira, na ordem das questões por ela formuladas. O que então lhe disse foi mais ou menos o que Agatão acabou de afirmar: que Eros é um deus poderoso e amante das coisas belas. Ela contestou minha proposição ponto por ponto, como o fiz neste momento com a dele, para mostrar que, de acordo com meu próprio argumento, ele não podia ser nem belo nem bom. [...] Foi isso, Fedro e todos vós que me escutais neste momento, o que Diotima me narrou e ao que eu dei inteiro crédito. Convencido dessa verdade como fiquei, procuro, do meu lado, convencer os outros de que, para alcançar semelhante bem, de maravilha se encontrará colaborador mais excelente para a natureza humana do que o Amor (PLATÃO, 2005, 201d-212b).

Contudo, conforme Berquó (2016), tanto os trechos citados do *Banquete* quanto a existência de Diotima vêm sendo objetos de controvérsia por muitos teóricos da Filosofia Antiga. Tais estudiosos consideram que seria impossível que uma mulher fosse mestra de um filósofo, uma vez que havia uma marcada ideologia de gênero na Atenas clássica. Assim, tal como fazem com Aspásia, os historiadores tentam justificar a existência de Diotima como uma personagem fictícia que corresponderia à autoimagem de Sócrates, à metáfora para valores, ou à imagem da submissão feminina, mesmo que estes admitam que Platão sempre utilize figuras históricas em seus diálogos:

Atualmente, as teses sobre a Mantinéia são as mais variadas. Especula-se que Diotima seria uma “autoalegoria de Sócrates” (PINHEIRO, 2001, p. 65) ou uma figura criada por Platão para “representar dois valores propriamente filosóficos (i.e. masculinos): reciprocidade e cri-

atividade” (HALPERIN, 1990, p. 150). Ou como parte de uma “tríade entre esposa, prostituta e sacerdotisa” que possibilitaria a Platão, “oferecer uma versão distinta da pederastia filosófica” (GILHULY, 2009, p. 97). Ou, ainda, “que Diotima fale em lugar de Sócrates por que este não quer assumir para si o conhecimento pleno das coisas do amor, haja vista que, segundo Alcibiades, ele se recusa a se sujeitar à posição de amante” (SANTOS, 2009, p. 10). Ou então que, “Platão [...] necessitava de uma mulher demoníaca [inspirada por seus poderes divinatórios] em cena e, por não poder introduzi-la física e diretamente por imperativos sociais, o faz por meio de Sócrates [...]” (RAMOS JURADO, 1990, p. 86). (BERQUÓ, 2016, p. 51-52, [acréscimos da autora]).

Com isso, percebemos a opacidade nos dizeres desses teóricos que servem para demonstrar possíveis efeitos de sentido produzidos por uma Formação Discursiva da Filosofia acerca das mulheres, mas também compondo o que é a Filosofia. Isto é, dizeres que formulam um possível efeito de sentido de que o desenvolvimento do conhecimento filosófico é oriundo do trabalho de homens. Como reforça Berquó (2016), esse malabarismo retórico sofisticado dos comentadores da Filosofia Antiga serve como recurso para apagar a existência de filósofas e pensadoras tão importantes que influenciaram o modo como pensamos esse conhecimento ao longo dos séculos.

Hildegarda de Bingen

Na Idade Média, o conhecimento científico estava submetido à fé cristã. Por isso, os mosteiros eram os locais em que se conservava o conhecimento, recuperado da Antiguidade, e se produzia novos, a partir dos estudos de latim, gramática, álgebra etc. Desse modo, a primeira filósofa que comentaremos, desse período, era monja e utilizou de sua posição para estudar e produzir conhecimento intelectual.

Hildegarda de Bingen foi uma religiosa beneditina do século XII, pertencente a uma família de nobres alemães, que aos oito anos foi mandada para o mosteiro de Disibodenberg. Confiada à abadessa Jutta de Sponeheim, sua primeira mestra e tutora, recebeu os ensinamentos básicos de latim por meio dos salmos, posteriormente, aprendendo também sobre manipulação de plantas medicinais e cuidados com os doentes (PINHEIRO; EGGERT, 2016; POLL, 2010). Tendo revelações divinas desde os três anos de

idade, conforme relato próprio, escreveu sua primeira obra, *Scivias*, obedecendo a um chamado de Deus recebido durante uma visão. Para a filósofa, sua obra consistia na transcrição de mensagens divinas e, como tal, era composta de ensinamentos ortodoxos de caráter doutrinário e profético.

Acreditamos, assim, que Hildegarda é um exemplo de resistência que aconteceu por meio do sistema. Isso porque sua escrita produz um furo a uma Formação Imaginária das mulheres da/na Idade Média que, dada as condições de produção da época, entendia os sujeitos femininos a partir de uma posição/função para a procriação/castidade e voltada aos homens. Entendemos que esse furo acontece *dentro e por meio do* Aparelho Ideológico Igreja: dentro, porque Hildegarda era monja, mas também abadessa, profetisa, compositora, musicista, entre outras posições voltadas para o funcionamento desse Aparelho Ideológico; e por meio dele, pois graças à influência da Igreja, Hildegarda, enquanto monja, teve suas interpretações divinas legitimadas, aceitas e conservadas historicamente.

Sua aceitação no meio eclesiástico e a fama de profetisa foram concedidas porque a filósofa tinha suas visões sempre na presença de testemunhas, sendo Volmar, monge amigo e confessor da abadessa, um dos primeiros a assegurar a veracidade das revelações. Além disso, ela seguia com alguns dos princípios que orientavam à conduta dos sujeitos religiosos, como, por exemplo, a estrita humildade, assumindo-se como incapaz de escrever ou falar sobre as graças divinas sozinha, sendo, portanto, suas escritas e interpretações nada mais do que revelações de Deus.

Nesse sentido, considerando que o Aparelho Ideológico Igreja determinava o contexto medieval e atravessava as produções intelectuais desse período, na medida em que Hildegarda se via, e era legitimada por colegas monges, como mensageira divina, negar suas interpretações seria também negar a veracidade da comunicação entre Deus e os seres humanos. Assim, considerando que, por meio do Aparelho Ideológico Igreja no contexto da Idade Média, o conhecimento viria de Deus e por Ele seria dado em graça, Hildegarda obteve o aval do papa Eugênio III, que a reconheceu enquanto intérprete e autorizou suas reflexões e escrita.

Conhecendo e utilizando de suas condições de produção, Hildegarda usou do sistema eclesiástico para produzir resistência a ele, encontrando brechas para se colocar no espaço de estudiosa e escritora e produzindo furos na hegemonia da Formação Discursiva da Filosofia que se filia à ideologia patriarcal. Em outras palavras, consideramos que Hildegarda resiste às opressões da época e rompe com o eco do silenciamento à medida que uti-

liza de suas condições de produção, isto é, da dominação do Aparelho Ideológico Igreja, para autorizar e legitimar suas obras. Nesse sentido, a aprovação papal garantiu à filósofa a veracidade e a possibilidade da escrita, mesmo diante da constante deslegitimação masculina do período. Além disso, ao ler seus escritos publicamente, o papa “protegeu-a da censura a que ela estava fadada por violar as escrituras deuteropaulinas sobre o silêncio e a submissão das mulheres” (BINGEN, 2015, p. 27).

Além de *Scivias*, concluída em 1151, Hildegarda escreveu mais duas obras de cunho religioso: *Livro dos méritos da vida* e *Livro das divinas obras*, esse último contendo várias pinturas. Compôs trabalhos voltados ao estudo da medicina, contidos no *Livro das sutilezas das várias naturezas da criação*, divididos posteriormente em *Física* ou *Livro de medicina simples* e *Causas e curas* ou *Livro da medicina composta*. Também manifestou suas ideias em cerca de 400 epístolas, dirigidas às várias classes e tipos de pessoas da Alemanha e de outros países. Foi musicista, deixando 77 canções sacras. Seu legado ainda inclui diversos outros textos de variados assuntos e pequenos tratados.

Hildegarda foi uma das monjas autorizadas a proferir sermões em público. Além disso, foi autora de uma espécie de dicionário, chamado de *Língua desconhecida ou secreta*, formada por um alfabeto em que lista mais de mil termos por ela inventados, traduzidos para o latim e o alemão. A filósofa escreveu essa obra para explicar, às suas leitoras e aos seus leitores, as alegorias e metáforas usadas por ela em seus textos, e também para falar de assuntos científicos em termos mais comuns à população em geral (POLL, 2010).

Christine de Pisan

Apesar do silenciamento das mulheres do/no medievo, que ecoa até nossos dias, Christine de Pisan é uma das mais (re)conhecidas filósofas, sendo considerada a mais importante poetisa medieval e a primeira mulher a viver da escrita no Ocidente. Para Karawejczyk (2016), um breve resumo da vida dessa pensadora nos mostra que Christine nasceu em 1364, em Veneza, e com seis anos se mudou para a França acompanhando o pai Thomaz de Pisan, convidado a viver na corte de Carlos V. Inclusive, foi seu pai, astrônomo, quem primeiro lhe ensinou Latim e Filosofia, disciplinas que não eram ensinadas, tradicional e oficialmente, às mulheres na época. Seguindo os costumes do período, casou-se aos 15 anos com Etienne Castel, nomea-

do secretário do rei um ano após o casamento. Precocemente, devido ao falecimento de seu pai, em 1386, e de seu marido, em 1389, Christine, então com 25 anos, passou a ser a responsável pelo sustento da família: sua mãe, seus dois irmãos e seus três filhos.

Entre suas obras mais conhecidas, destacamos *Le Livre des Trois Vertus*, publicada no século XV, que recebeu, no século XVI, uma versão portuguesa intitulada *O Espelho de Cristina*. De acordo com Mendonça (2013), os livros conhecidos com “Espelhos”, que se popularizaram na Europa do século XV, direcionavam-se à alta sociedade para educá-la, destacando os modelos sociais e religiosos a serem seguidos, a partir das concepções políticas e filosóficas da época. Em um primeiro momento, esses manuais de bons modos e bons costumes constituíam a literatura moralizadora destinada a príncipes e reis, proeminentes figuras masculinas que deveriam ser os espelhos de virtudes. No entanto, a partir do século XV, com a necessidade de uma formação feminina com diretrizes próprias e específicas, esses manuais passaram a fazer parte da essência da educação das moças e mulheres da corte, isto é, os “Espelhos de Rainhas”.

Com isso, em sua obra, Christine iguala homens e mulheres no âmbito da responsabilidade:

[...] o estado real dos grandes senhores é levantado sobre os estados do mundo, é necessário que aqueles, assim homens como mulheres... sejam melhor acostumados que outra gente... [...] Que eles possam ser, a seus súditos... espelho e exemplo de bons costumes... (PISAN, 1987, p. 164).

Além disso, o manual escrito por Christine dirige-se não só para as senhoras da nobreza, como também para as mulheres das diferentes classes sociais. Porém, considerando a cultura da época, afirma que “[...] se endereçará a nossa lição, primeiramente às Rainhas e Princesas e outras Senhoras... seguindo de grau em grau... cantaremos nossa doutrina em todos os estados das mulheres...” (PISAN, 1987, p. 170).

Nesse “espelho” que as mulheres deveriam seguir, Pisan aborda, para *Rainhas e Princesas*, assuntos direcionados ao comportamento e o modo de resolver os conflitos. Os capítulos intitulavam-se, por exemplo, em *Como resistir às tentações; Como conseguir bons pensamentos, por amor e temor de Nosso Senhor; O caminho correto de uma Princesa temente a Deus; Como a boa Princesa quererá ter todas as virtudes; Como conseguir a*

paz entre o Príncipe e seus vassallos; Como relacionar-se com o seu Senhor; Como relacionar-se com os parentes de seu marido; Como a princesa deve cuidar do “estado e governança” dos filhos; Como ser discreta com aqueles que sabe que não a amam; Como comportar-se para ser amada e respeitada pelos súditos; Como deve ter “em boa ordenança” as mulheres da sua corte; Modelo de carta a enviar a sua senhora, se a souber desencaminhada; entre outros (PISAN, 1987).

Já no capítulo para *Senhoras e Donzelas*, Pisan escreveu, entre outros assuntos, *Como evitar o vício da inveja; Como evitar maldizer; Não é próprio difamar ou dizer mal umas das outras; Como as que vivem em quintas devem organizar os seus bens; Conselhos sobre a “soberba” de algumas donas*. E, para a última parte intitulada *Mulheres*, a filósofa disserta sobre *Mulheres de Estado e burguesas; mulheres de mercadores; mulheres viúvas; moças; velhas entre as mancebas; moças entre as velhas; mulheres dos mestres; mulheres servas de casa; mulheres da mancebia; mulheres honestas e castas; mulheres dos lavradores; pobres (homens e mulheres); etc. (PISAN, 1987).*

Percebemos, assim, que embora destinado a diferentes tipos de mulheres, o texto de Pisan elabora um manual para que estas se saiam bem, isto é, tenham uma vida “melhor”, furando, tal como Hildegarda, com uma hegemonia da/na Formação Discursiva da Filosofia que se filia à ideologia patriarcal. Em outras palavras, consideramos que Pisan é uma filósofa que fura com a hegemonia de uma Formação Discursiva da Filosofia na medida em que reflete sobre uma Formação Imaginária das mulheres, a partir de seu contexto de produção medieval, escrevendo sobre si e sobre outras mulheres *para* outras mulheres.

Podemos refletir sobre a escrita de Pisan em o *Espelho*, comparando-a com a de Agostinho, em *Confissões*, em que ambos elaboram um manual de boa conduta para as mulheres. Contudo, devemos lembrar que Christine de Pisan era uma mulher, nos fins da Idade Média, escrevendo sobre e para mulheres, orientando suas contemporâneas a como se comportar da melhor maneira para obter segurança, poder, felicidade e sanar outras necessidades para si mesmas.

Para concluir...

Em nossa análise, consideramos que, ao produzirem conhecimento, as mulheres vêm resistindo, por séculos, a essa estrutura já dada, que as ex-

cluiu e silenciou. Longe de findar as reflexões que aqui trazemos, mas já nos encaminhando para o fim deste texto, sobre a questão do silêncio, podemos nos interrogar, em vez de “Há filósofas?” ou “Mulheres estudaram ou escreveram filosofia ao longo da história?”, se estamos reconhecendo a produção dessas mulheres:

Ainda em relação a essa questão do silêncio, a minha posição é a de que não acredito que apenas não se esteja *dizendo* o suficiente. Não se está *ouvindo* o necessário. Nem há separação entre essas coisas e vejo nisso um processo. Há um momento no processo do discurso pedagógico ou outro discurso (autoritário?) qualquer em que o outro ouve no esmagamento, tentando reproduzir, repetir, copiar a voz autossuficiente do locutor; em outro momento há a ambiguidade de falantes sem ouvinte: à força de tentar resistir aos que procuram nos relegar à posição de apenas ouvintes (e ouvintes de discursos já cristalizados), deixamos de ouvir mesmo os nossos pares, o que não nos ajuda a deslocar efetivamente a relação de dominação (ORLANDI, 2001, p. 36-37, *grifos da autora*).

O que buscamos neste trabalho foi tentar ouvir algumas das inúmeras filósofas e teóricas, no recorte da Idade Antiga e Medieval, utilizando-as enquanto mulheres pesquisadoras. Assim, muito embora (ainda) não ouvimos muito da discursivização que entende mulheres como filósofas e pensadoras ao longo da História da Filosofia, esse fato não implica na inexistência de pensadoras. Que a Filosofia possa se destinar a nós, mulheres, filósofas, escritoras, pensadoras, cientistas, pesquisadoras, e o que mais couber neste grande e bastante simbólico do ser Mulher(es).

Referências

BERQUÓ, Thirzá Amaral. Aspásia de Mileto: Mulher e Filosofia na Atenas Clássica I. In: PACHECO, Juliana (Org.). **Filósofas**: a presença das mulheres na filosofia. Porto Alegre: Editora Fi, 2016. p. 28-43.

CURADO, Ana Lúcia. Introdução. In: **Contra Neera – [Demóstenes] 59**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. Disponível em: https://digitalis.uc.pt/en/livro/contra_neera_dem%C3%B3stenes_59. Acesso em: 09 fev. 2019.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1990. 5 v.

GASPAR, Adília Maia. **A representação das Mulheres no Discurso dos Filósofos**: Hume, Rousseau, Kant e Condorcet. Rio de Janeiro: Uapê, 2009.

HILDEGARDA DE BINGEN. **Scivias**: conoce los caminos. Madri: Editorial Trota, 1999.

HILDEGARDA DE BINGEN. **Scivias**: conhece os caminhos do Senhor. São Paulo: Paulus, 2015.

KARAWEJCZYK, Mônica. Christine de Pisan: uma filósofa no medievo?!. *In*: PACHECO, Juliana (Org). **Filósofas**: a presença das mulheres na filosofia. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

MENDONÇA, Manuela. O espelho de Cristina (sec. XV). *In*: **História Revista**, Goiás, v. 18, n 1, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/29903>. Acesso em: 16 jul. 2019.

MÉNAGE, Gilles. **Historia da las Mujeres Filósofas**. Barcelona: Herder Editorial, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel [1969]. Análise Automática do Discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel [1969]; FUCHS, Catherine [1975]. A propósito da Análise Automática do Discurso. *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel [1969]. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PINHEIRO, Mirtes Emília; EGGERT, Edla. Hildegarda de Bingen: As autorias que anunciam possibilidades. *In*: PACHECO, Juliana. **Filósofas**: a presença das mulheres na filosofia. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

PISAN, Christine de. **O Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas**. CRISPIM, Maria de Lourdes (ed.). Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

PISAN, Christine de. **O espelho de Cristina**. Intr. de Maria Manuela Cruzeiro, 1ª. edição fac-similada, Lisboa, 1987.

PLATÃO. **Mênnon**. Rio de Janeiro: Loyola, 2001.

PLATÃO. **Banquete**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

POLL, Maria Carmen Gomes Martiniano de Oliveira van de. **A espiritualidade de Hildegarda von Bingen**: profecia e ortodoxia. 2010. 211 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-08032010-113221/pt-br.php>. Acesso em: 15 jul. 2019.